

Goiânia, 14 de abril de 2020

COVID-19

Movimento sindical volta a cobrar mais medidas de prevenção por parte dos bancos

Foi realizada na tarde de ontem, 13, a 4ª reunião por vídeo conferência entre a Comissão Executiva Bancária Nacional de Negociação – CEBNN/CONTEC e a Comissão de Negociação da FENABAN. Assim como nas reuniões anteriores, o assunto discutidos foram o enfretamento da pandemia do Convid-19.



O presidente do Sindicato dos Bancários no Estado de Goiás, Sergio Luiz da Costa, participou da reunião e destacou a importância de um trabalho conjunto a segurança pública de cada estado nas portas das agências, “devido os pagamentos do auxílio emergencial e demais serviços financeiros, os bancos estão lotados, como a entrada de clientes estão sendo controlada, as filas do lado de fora estão gerando aglomerações e até tumulto, por isso a importância de perdirmos o apoio da segurança pública para coordenar as filas e evitar também as saidinhas de banco, tendo em vista que várias localidades estão desertas pois o comércio estão fechados”.



Tendo em vista o avanço da doença no Brasil e no mundo a Comissão de Negociação, solicitou aos bancos novas medidas.

- 1) Importância do uso de máscaras pelos bancários que se encontram atendendo serviços essenciais;
- 2) Necessidade de apoio da FENABAN para auxílio das autoridades públicas na organização das filas externas, para evitar aglomerações;
- 3) Exigência de rigorosa limpeza/desinfecção dos teclados, maçanetas, torneiras, pisos, portas giratórias, mobiliário e todo o ambiente das dependências;
- 4) Entrega de senhas para atendimentos, objetivando reduzir o número de pessoas nas filas;
- 5) Destacou necessidade do mesmo tratamento dado ao grupo de riscos ao trabalhador que reside com alguém do grupo de risco;

- 6) Pede que uso do banco de horas e férias sejam facultadas aos trabalhadores;
- 7) Mais informações à sociedade e aos bancários da importância do destaque do trabalho dos bancários que estão se expondo para atender as atividades essenciais;
- 8) Solicita tratamento de insalubridade ou periculosidade seja estendido aos bancários que estão se expondo para atender as atividades essenciais;
- 9) Conveniência de redução excepcional da jornada do almoço objetivando reduzir o tempo de exposição dos bancários que estão atendendo os serviços essenciais;
- 10) Necessidade de os bancos suportarem os salários dos bancários afastados em decorrência da pandemia;
- 11) Alerta da proximidade dos períodos de epidemia de H1N1 e de Dengue, que se acumularão com a covid-19;
- 12) Obrigação de buscarmos encontrar alternativas próprias, para não sermos pautados por MPs; e,
- 13) Dever de encontrarmos alternativas para evitarmos efeitos de pressões feitas por segmentos que fazem propostas sem visão/preocupação com a sociedade como um todo.

A FENABAN informou que não tem autorização para negociar o tema redução de jornada, que ainda não está definido. Alerta que pandemia poderá durar até cinco meses e que polícia está se preparando para atuação mais intensa tão logo a situação exija, mas está disposta a corroborar pedido de auxílio na organização de filas externas. Alega que exposição à pandemia do covid-19 é diferente do ambiente insalubre/perigoso, visto que risco não se dá exclusivamente no ambiente de trabalho e que a maior parte do dia/noite os bancários passam fora do ambiente de trabalho.

Diz que o debate sobre as MPs deve ser tratado isoladamente e que bancos não pretendem pagar bancários afastados que não se encontram trabalhando em *home office*, mas que se faz necessário negociarmos, visto que trabalhadores não podem ficar sem receber. Confirmou que os bancos Itaú-Unibanco, Bradesco e Santander darão início ao processo de vacinação contra a H1N1 a partir de São Paulo capital, no próximo dia 15. Destacou que bancos estão convencidos da necessidade de manutenção do isolamento.